



**ESTADO DO TOCANTINS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**LEI N.º 2.323, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.016.**

“Institui que os inscritos nos cadastros de habitação no município de Porto Nacional-TO permanecerão cadastrados até que seja contemplado com uma casa ou que não tenha mais os requisitos para obtenção do imóvel ou nos casos de óbito do requerente e dá outras providências.”

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL**

**Faço saber que:**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O município ficará obrigado a emitir, a cada 6 meses, uma lista pormenorizada, que deverá constar a identificação dos inscritos no (s) cadastro (s) de habitação, constando, inclusive, a sequência do (s) nome (s) do (s) já contemplados.

**Art. 2º** - Essa relação não poderá ser modificada, motivada por troca de gestão, mas podem incluir novos requerentes, desde que seja obedecida a ordem de cadastro.

**Art. 3º** - A publicação poderá ser realizada em jornal de grande circulação ou naqueles existentes no município, inclusive em diário oficial do município e/ou em outros meios compatíveis com esse artigo.

**Art. 4º** - A relação com os nomes dos inscritos será encaminhada diretamente à Câmara Municipal, onde ficará à disposição de qualquer cidadão interessado.

**Art. 5º** - Essa lei somente poderá ser alterada para cumprimento de outras leis, em especial que determinem um quantitativo para pessoas com deficiência ou famílias com pessoas portadoras de necessidades especiais.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO**  
**SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins,** aos  
dezenove dias do mês de dezembro do ano de 2.016.

  
**OTONIEL ANDRADE**  
**Prefeito Municipal**